

Oito mil professores trabalham a mais de 50 km de casa

Muitos não têm direito a apoio de deslocação, mas chegam a gastar 250 euros por mês em combustível

EDUCAÇÃO Cerca de oito mil professores dão aulas a mais de 50 quilómetros (km) de casa, muitos sem direito a apoio de deslocação, chegando a gastar “250 euros mensais em combustível”, alertou ontem a Federação Nacional de Educação (FNE).

Durante uma reunião negociada sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), “a secretária de Estado da Administração Pública, Marisa Garrido, disse que 94% dos professores já estão colocados a menos de 50 km”, relatou o secretário-geral da FNE, Pedro Barreiros.

Num universo de mais de 120 mil docentes, “há oito mil professores a fazer deslocações superiores a 100 quilómetros por dia” e muitos ficam de fora do apoio extraordinário à deslocação, que abrange apenas quem fica colocado a pelo menos 70 km de casa.

“São professores que gastam cerca de 250 euros na estrada ou mais. Tendo em conta que o ministério fala deste grupo como um universo tão reduzido, era importante que encontras-



Secretário-geral da FNE, Pedro Barreiros

sem formas de os apoiar”, defendeu Pedro Barreiros, em declarações à Lusa, no final da reunião.

DETALHES DOS CONCURSOS

A FNE ficou a conhecer novos detalhes do modelo de concursos que o Ministério da Educação quer implementar, que passará por manter um concurso nacional – para os professores que querem mudar de escola ou que querem vincular – e criar um novo concurso contínuo nacional, que substituirá os vários mecanismos concursais já existentes.

Primeiro realiza-se o concurso nacional interno e

externo e, mal comece o ano letivo, arranca o concurso contínuo, explicou Pedro Barreiros.

A proposta da tutela é que os professores que ficam sem componente letiva se possam candidatar, mas a FNE quer “um concurso entre os dois previstos pelo ministério que permita aos professores dos quadros poderem concorrer à mobilidade”. A tutela enviou ontem a proposta aos sindicatos do setor e estes têm até quinta-feira para apresentar contributos. A 4 de maio, realiza-se uma reunião técnica e a 11 de maio uma reunião de âmbito negociado. ●